

# Pilar Europeu dos Direitos Sociais em números

## Região Centro



Foto: Arte da Pesca, Mira

Março de 2021

## ENQUADRAMENTO

A proclamação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PEDS), em novembro de 2017, assumia este instrumento como referência crucial para um processo renovado de convergência na melhoria das condições de vida e de trabalho na União Europeia, assente em **vinte princípios e direitos** fundamentais (cf. penúltima página) estruturados em torno de três domínios: **igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho; mercados de trabalho dinâmicos e condições de trabalho justas; proteção social e inclusão social.**

A 4 de março de 2021, a Comissão Europeia (CE) apresentou o [Plano de Ação](#) do PEDS, esperando-se a sua aprovação ao Alto Nível na Cimeira Social do Porto, agendada para maio de 2021, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, propondo também a revisão do painel de indicadores que sustentam a sua monitorização (cf. [Anexo 2](#) do Plano de Ação).

A CCDR Centro publicou um primeiro documento de enquadramento político e estratégico do [Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#) em 2020, onde já monitorizou a sua implementação na Região Centro<sup>1</sup>, inclusive propondo uma brochura de monitorização para as [sub-regiões do Centro](#).

No âmbito do acompanhamento e monitorização das dinâmicas regionais, passamos agora a publicar uma brochura que, em termos de estrutura, seguirá a lógica da matriz indicada pela CE - e que ainda está em vigor, apesar de se encontrar em discussão com os Estados Membros. Ou seja, apresentaremos o quadro de monitorização oficial do PEDS<sup>2</sup> com a evolução dos respetivos indicadores organizados por cada um dos três domínios que o enformam, que por sua vez se repartem por doze áreas de política, conforme figura lateral. Os indicadores podem ser de dois níveis: os principais (ou *headline*), sinalizados a negrito nos quadros; e os indicadores secundários.

A seguir ao painel de indicadores de cada domínio, ressaltando-se aqui que ainda que nem todos estejam disponíveis ao nível NUTS II<sup>3</sup>, procurar-se-á complementar esta análise com indicadores *proxy* para o nível NUTS III, distribuídos pelas respetivas áreas de política e selecionados pela CCDR Centro. A maioria dos indicadores aqui apresentados encontra-se no [DataCentro](#), a plataforma informática do sistema de monitorização e avaliação da situação da Região Centro, que se entendeu desenvolver como forma de prestar um serviço público de informação único e de fácil utilização. A data de referência para atualização da informação aqui reportada é 1 de março de 2021.

Desta forma, pretende-se acompanhar a evolução das dinâmicas sociais e territoriais da região e das suas sub-regiões face ao país e à União Europeia, agora particularmente revelantes no contexto pandémico que atravessamos, e cuja informação estatística disponível ainda não reflete a sua verdadeira dimensão.

Portugal tem vindo a tomar medidas sucessivas de apoio às famílias e à economia, ganhando tempo para conter eventuais efeitos económicos e sociais devastadores. De facto, perante a necessidade imediata de conter a pandemia, o contexto tem exigido o reforço de medidas de mitigação e de robustecimento da resposta do Sistema Nacional de Saúde, em particular do Serviço Nacional de Saúde (SNS), ao mesmo tempo que se tenta assegurar a manutenção dos rendimentos das famílias e os apoios às empresas, com sucessivos pacotes de medidas extraordinárias a serem aprovados desde o início da pandemia.

Assim, temos, por um lado, um diagnóstico que não reflete cabalmente os impactos da pandemia, quer pelas medidas de mitigação tomadas, quer pelo período de referência de alguns indicadores, e por outro, a incerteza de como irá evoluir a implementação do Pilar Social em termos europeus, nacionais e regionais nesta nova e inesperada conjuntura, mas é crucial acompanharmos desde já evolução da vida social nas suas múltiplas dimensões.

### Igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho

- 1 Educação, competências e aprendizagem ao longo da vida
- 2 Igualdade de género no mercado de trabalho
- 3 Desigualdade e mobilidade ascendente
- 4 Condições de vida e pobreza
- 5 Juventude

### Mercados de trabalho dinâmicos e condições de trabalho justas

- 6 Estrutura da mão-de-obra
- 7 Dinâmica do mercado de trabalho
- 8 Rendimento de trabalho

### Proteção social e inclusão social

- 9 Impacto das políticas públicas na redução da pobreza
- 10 Serviços de apoio à primeira infância
- 11 Cuidados de Saúde
- 12 Acesso Digital

<sup>1</sup> A configuração territorial da Região Centro, composta por 100 municípios, é a definida no regulamento (EU) nº 868/2014 da Comissão de 8 de agosto de 2014, estando os limites territoriais das NUTS III estabelecidos na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

<sup>2</sup> Disponível no sítio do Eurostat: <https://ec.europa.eu/eurostat/web/european-pillar-of-social-rights/indicators/data-by-region>. Resulta de um conjunto de indicadores sociais existentes em vários inquéritos nacionais/europeus e/ou que são apresentados pelo INE e Eurostat, como o Inquérito ao Emprego, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, Contas Nacionais, Despesa com cuidados de saúde, Economia e Sociedade Digitais, etc. havendo ainda indicadores de outras fontes como a OCDE ou a DG EMPL e DG CONNECT

<sup>3</sup> Alguns indicadores não estão de todo disponíveis ao nível NUTS II e outros não são publicados pelo INE, apenas pelo Eurostat

# Igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho

Igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho	Áreas de Política	Indicadores	UE27	Portugal	Região Centro				
	1. Educação, competências e aprendizagem ao longo da vida	<b>Taxa de abandono precoce de educação e formação (18-24 anos)</b>	<b>10,2%</b> [2019]	<b>8,9%</b> [2020]	<b>10,5%</b> 2017	<b>10,5%</b> 2018	<b>7,9%</b> 2019	<b>6,0%</b> 2020	
		Taxa de participação de adultos em ações de Aprendizagem ao Longo da Vida (25-64 anos)	10,8% [2019]	10,0% [2020]	9,7% 2017	10,9% 2018	10,9% 2019	10,4% 2020	
		Taxa de escolaridade do nível de ensino superior (30-34 anos)	40,3% [2019]	39,6% [2020]	36,3% 2017	35,5% 2018	36,5% 2019	33,8% 2020	
	2. Igualdade de género no mercado de trabalho	<b>Disparidades de género no emprego (em pp, 20-64 anos)</b>	<b>11,7pp</b> [2019]	<b>5,9pp</b> [2020]	<b>8,5pp</b> 2017e	<b>8,2pp</b> 2018e	<b>7,6pp</b> 2019e		
		Disparidades de género no emprego a tempo parcial (em pp)	21,6pp [2019]	5,6pp [2019]e					nd
		Disparidades salariais entre homens e mulheres (sem ajustamento)	14,1% [2019]	10,6% [2018]e					nd
	3. Desigualdade e mobilidade ascendente	<b>Desigualdade de rendimento (rácio S80/S20)</b>	<b>4,99</b> [2019]	<b>5,0</b> [2019]*p	<b>4,8</b> 2017	<b>4,7</b> 2018	<b>4,7</b> 2019p		
		Variação no desempenho explicada pelo estatuto socioeconómico dos alunos (em leitura)	12% OCDE [PISA 2018]	13,5% [PISA 2018]					nd
	4. Condições de vida e pobreza	<b>Taxa de risco de pobreza ou exclusão social</b>	<b>20,9%</b> [2019]	<b>19,8%</b> [2020]p		<b>23,0%</b> 2018	<b>20,4%</b> 2019	<b>19,4%</b> 2020p	
Taxa de risco de pobreza		16,5% [2019]	16,2% [2019]*p	18,6% 2017	17,3% 2018	16,6% 2019p			
Taxa de privação material severa		5,4% [2019]	4,6% [2020]p		4,9% 2018	4,1% 2019	3,4% 2020p		
Pessoas a viver em agregados com muito baixa intensidade trabalho		8,3% [2019]	5,1% [2019]*p	6,8% 2017	5,0% 2018	3,9% 2019p			
Taxa de privação severa das condições de habitação (% proprietários)		1,2% [2018]	2,7% [2019]e					nd	
Taxa de privação severa das condições de habitação (% inquilinos)		5,4% [2018]	7,7% [2018]e					nd	
5. Juventude	<b>Jovens que não estão em emprego, formação ou educação (15-24 anos)</b>	<b>10,1%</b> [2019]	<b>9,1%</b> [2020]	<b>8,0%</b> 2017	<b>7,2%</b> 2018	<b>6,0%</b> 2019	<b>8,8%</b> 2020		

Atualização: 01/03/2021

Fontes: Eurostat (UE27) e INE (Portugal e Centro)  
(\* ) ano de rendimento para PT e Centro (EU-SILC)

e: fonte é Eurostat  
p: valor provisório

nd: não disponível  
pp: pontos percentuais

Melhor que PT   
Pior que PT 

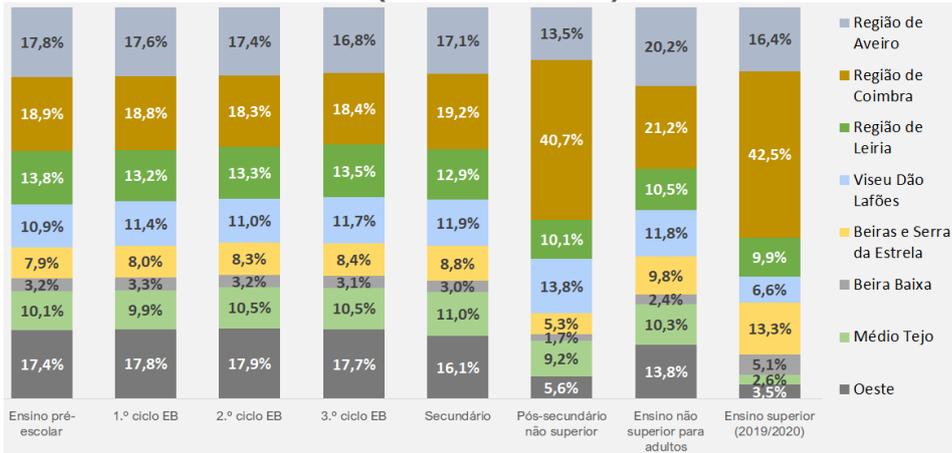
- No cômputo geral, os resultados neste domínio davam conta de uma evolução bastante positiva da Região Centro nas várias áreas de política, inclusive superando a média nacional em muitos dos indicadores de reporte, nomeadamente nos indicadores relativos ao abandono precoce de educação e formação, desigualdades de rendimento, risco de pobreza e exclusão social e respetivos indicadores agregados (excetuando aqui a taxa de risco de pobreza que, não obstante a redução sucessiva, ainda é superior à taxa nacional de 16,2%).
- Apesar deste posicionamento favorável, no último ano observou-se um agravamento de alguns indicadores regionais como a taxa de jovens que não estão em emprego, formação ou educação, que subiu de 6% em 2019 para 8,8% em 2020; e a taxa de participação de adultos em ações de aprendizagem ao longo da vida, que caiu ligeiramente de 10,9% para 10,4%.
- A Região Centro observava ainda, em 2019, uma diferença significativa no emprego entre homens e mulheres (7,6p.p.) e a taxa de escolarização superior para o grupo 30-34 anos baixou para 33,8%, sendo agora inferior à média nacional.

Observação: uma das principais fontes de informação social é o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, que neste caso é a fonte usada para as áreas de política 3 e 4, mas a edição realizada em 2020 tem por base os rendimentos de 2019, que estavam a evoluir de forma bastante favorável, como se pode verificar. Além disso, nas dimensões relativas às condições materiais de vida e privação, o inquérito incidiu entre abril e setembro de 2020, ou seja, na fase inicial da pandemia, em que as famílias dispõem de *buffers* (como poupanças, empréstimos familiares, etc. ou mesmo dos apoios e prestações sociais então em vigor) que amortecem os impactos imediatos. É quando a situação de crise tende a prolongar-se que as dificuldades se agravam e os efeitos nas condições de vida e rendimento se tornam mais visíveis. As crises passadas assim o comprovaram, como também mostraram que, perante a recuperação, a sociedade demora mais tempo a mostrar resultados do que a economia.

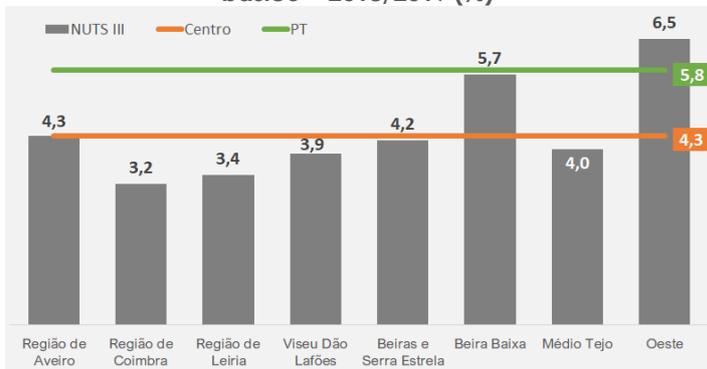
## 1.1 Alunos matriculados por nível de ensino na Região Centro, 2018/2019 (Nº)



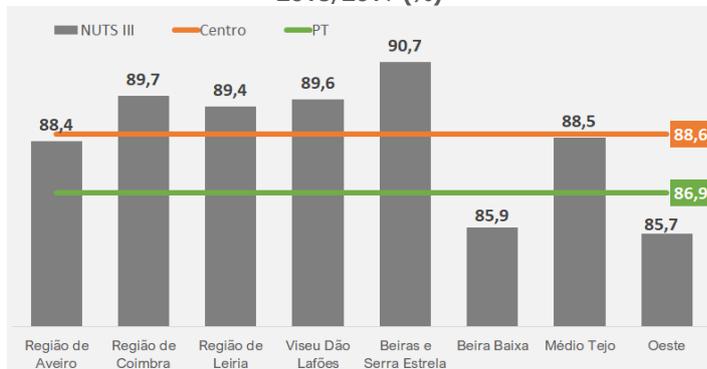
## 1.2 Distribuição dos alunos matriculados por nível de ensino, 2018/2019 (indicador base 100)



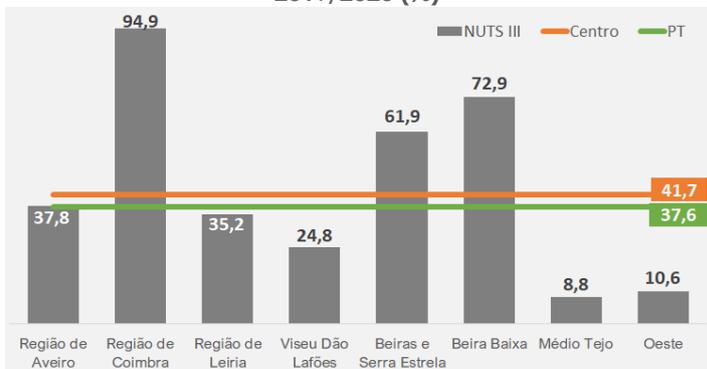
## 1.3 Taxa de retenção e desistência no 3.º ciclo do ensino básico III, 2018/2019 (%)



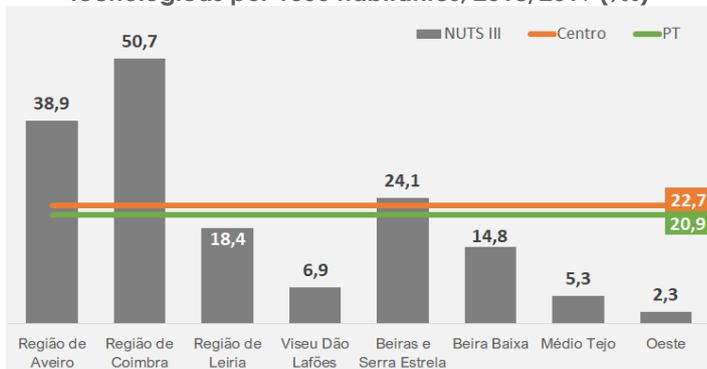
## 1.4 Taxa de transição/conclusão do ensino secundário III, 2018/2019 (%)



## 1.5 Taxa de escolarização no ensino superior III, 2019/2020 (%)

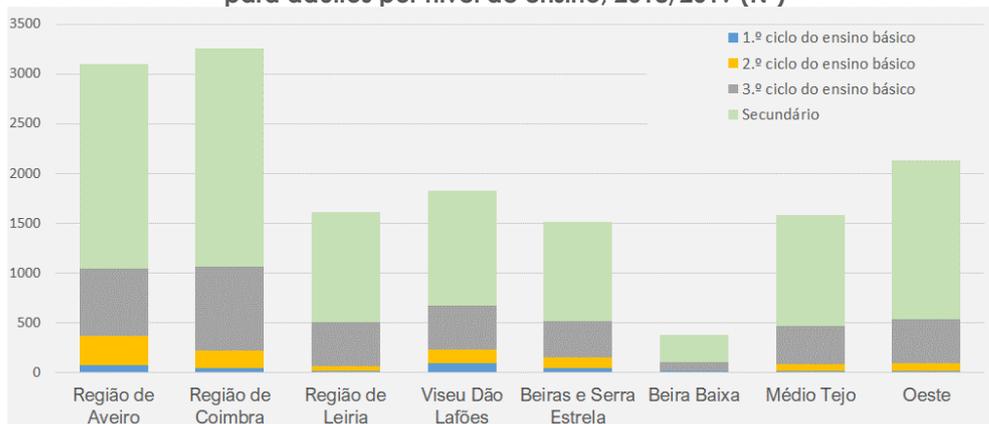


## 1.6 Diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por 1000 habitantes, 2018/2019 (‰)



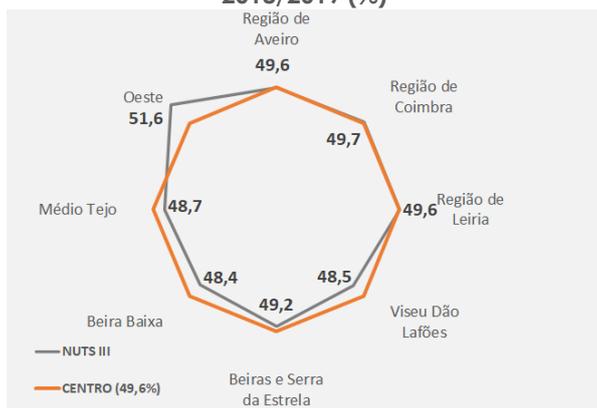
Fonte: CCDRC, DataCentro (a partir de dados de DGEEC, via INE)

## 1.7 Alunos matriculados no ensino não superior em ofertas de educação e formação orientadas para adultos por nível de ensino, 2018/2019 (Nº)

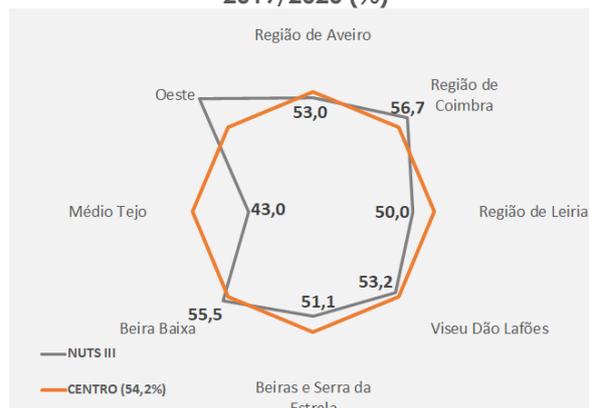


Fonte: CCDRC, DataCentro (a partir de dados de DGEEC, via INE)

## 2.1 Proporção de mulheres no ensino secundário [iv], 2018/2019 (%)

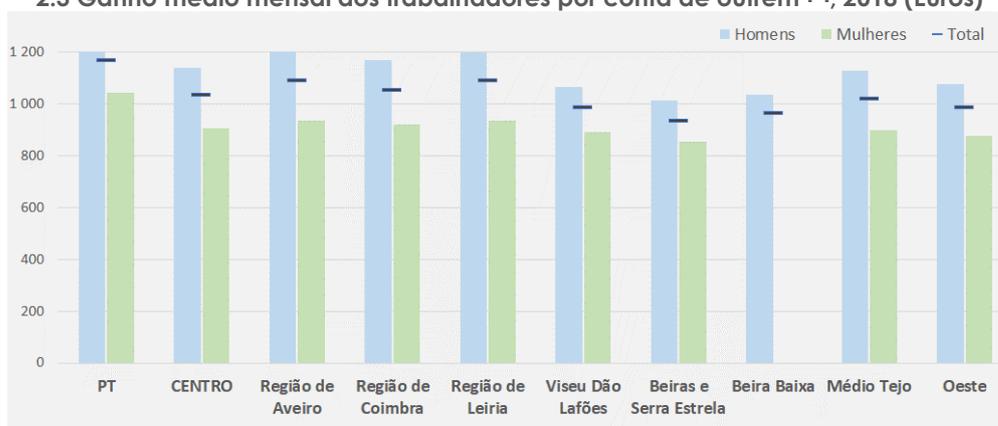


## 2.2 Proporção de mulheres inscritas no ensino superior [v], 2019/2020 (%)



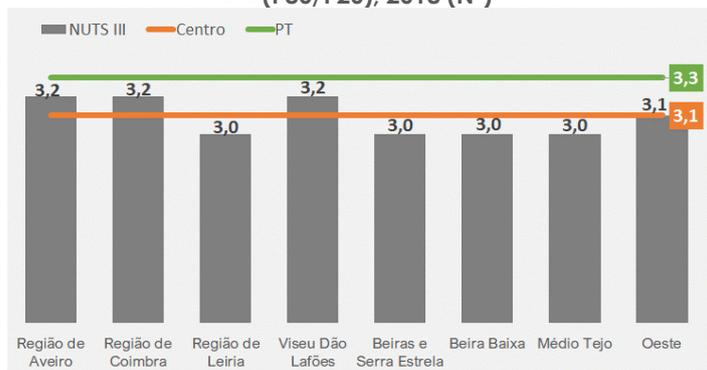
Fonte: CCDRC, DataCentro (a partir de dados de DGEEC, via INE)

## 2.3 Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem [vi], 2018 (Euros)

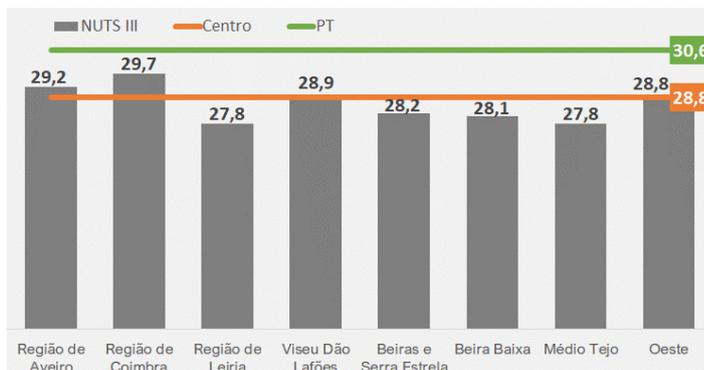


Fonte: CCDRC, DataCentro (a partir de dados de MTSSS/GEP, via INE) (nota: informação não disponível para Beira Baixa/mulheres)

## 3.1 Desigualdade na distribuição do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado dos agregados fiscais [vii] (P80/P20), 2018 (Nº)



## 3.2 Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal [viii], 2018 (%)



Fonte: INE (a partir de dados de MF/AT)

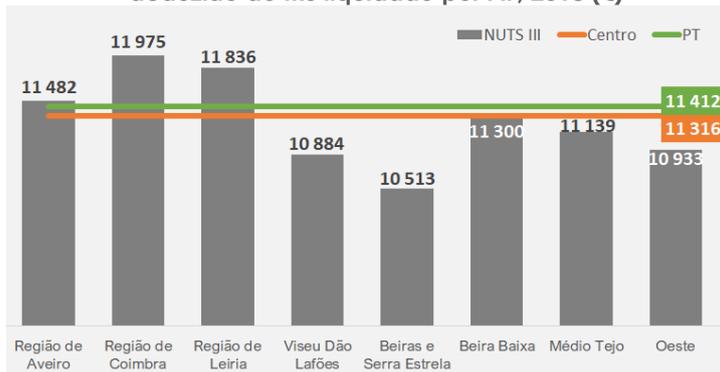
## 3.3 Percentagem de Alunos Top Performers e Low Achievers em Leitura, Ciências e Matemática, 2018 (%)

	Leitura		Ciências		Matemática	
	Top performers (níveis 5 e 6)	Low achievers (abaixo nível 2)	Top performers (níveis 5 e 6)	Low achievers (abaixo nível 2)	Top performers (níveis 5 e 6)	Low achievers (abaixo nível 2)
Região de Aveiro	6,7	22,7	4,2	24,3	13,9	26,3
Região de Coimbra	12,1	13,2	10,1	12,8	21,3	17,2
Região de Leiria	9,5	14,6	5,3	12,6	15,7	15,3
Viseu Dão Lafões	8,6	19,4	6,7	17,9	13,1	21,7
Beiras e Serra da Estrela	4,5	26,2	4,1	24,8	7,8	26,0
Beira Baixa	8,4	19,9	6,3	16,7	9,6	21,5
Médio Tejo	7,7	16,3	5,9	11,8	11,5	18,2
Oeste	7,9	23,1	4,6	19,5	12,3	22,5
<b>PORTUGAL</b>	<b>7,3</b>	<b>20,2</b>	<b>5,6</b>	<b>19,6</b>	<b>11,6</b>	<b>23,3</b>

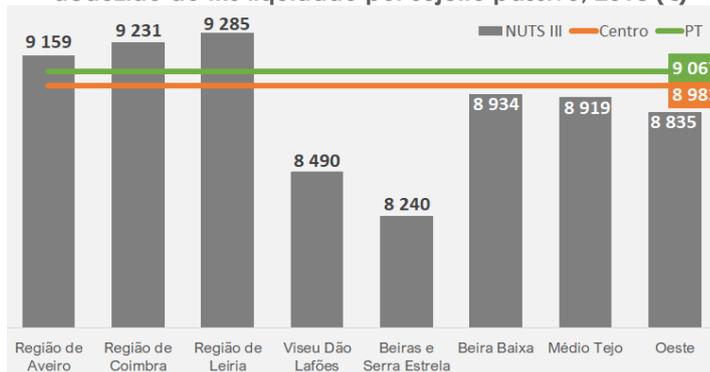
Legenda  
  Melhor que média nacional  
  Pior que média nacional

Fonte: IAVE (a partir de dados PISA 2018, OCDE)

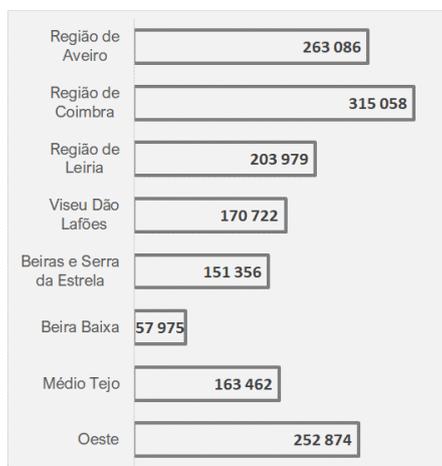
### 4.1 Valor mediano do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por AF, 2018 (€)



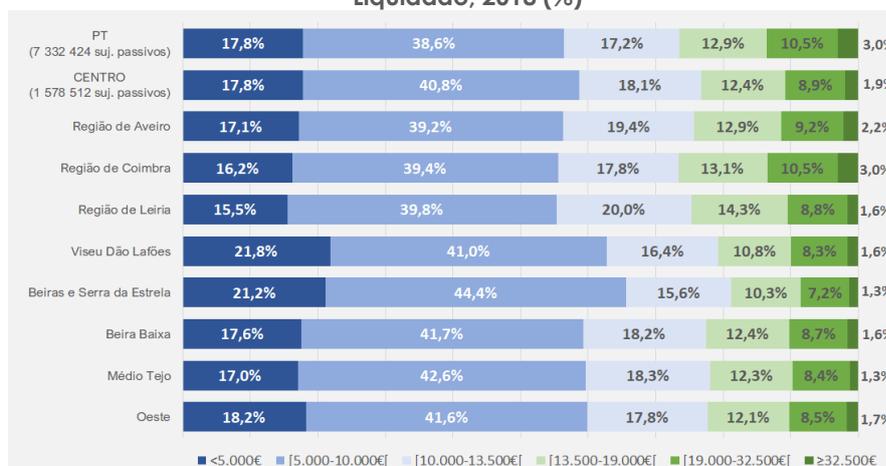
### 4.2 Valor mediano do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo, 2018 (€)



### 4.2 Distribuição dos sujeitos passivos da Região Centro por NUTS III, 2018 (N.º)

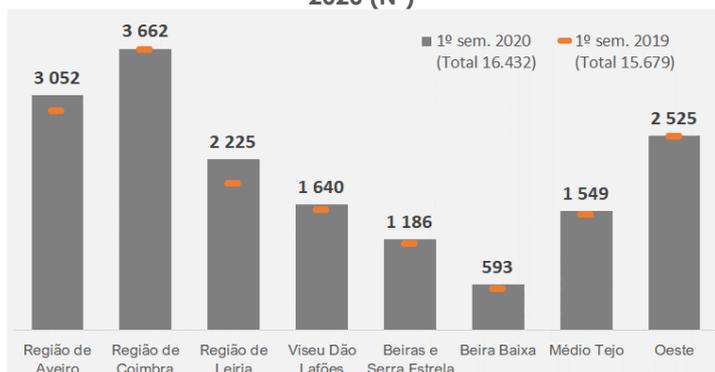


### 4.4 Distribuição percentual dos sujeitos passivos das NUTS III, Região Centro e Portugal por escalões de rendimento bruto declarado deduzido do IRS Liquidado, 2018 (%)



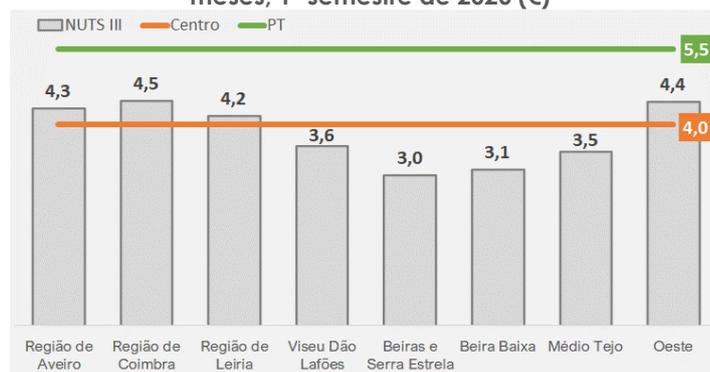
Fonte: INE (a partir de dados de MF/AT)

### 4.5 Novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos últimos 12 meses, 1º semestre de 2019 e de 2020 (Nº)

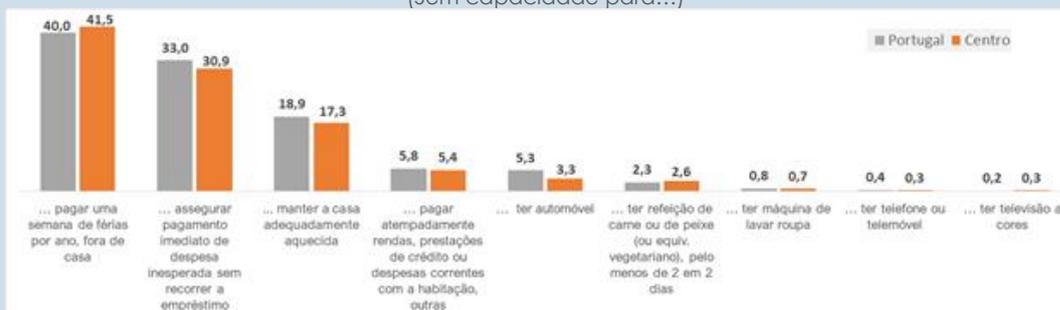


Fonte: INE

### 4.6 Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos últimos 12 meses, 1º semestre de 2020 (€)



### 4.7 Proporção da população residente por itens de privação material, 2019 - Portugal e Região Centro (%) (Sem capacidade para...)



Fonte: INE

# Mercados de trabalho dinâmicos e condições de trabalho justas

Mercados de trabalho dinâmicos e condições de trabalho justas	Áreas de Política	Indicadores	UE27	Portugal	Região Centro				
	6. Estrutura da mão-de-obra		Taxa de emprego (20-64 anos)	73,1% [2019]	74,7% [2020]	74,8% 2017	76,6% 2018	77,6% 2019	74,9% 2020
		Taxa de desemprego (15-74 anos)	6,7% [2019]	6,8% [2020]	6,9% 2017	5,6% 2018	4,9% 2019	5,6% 2020	
		Taxa de atividade (15-64 anos)	73,4% [2019]	75,5% [2019]	74,6% 2017	75,5% 2018	75,8% 2019		
		Taxa de desemprego jovem (15-24 anos)	15,0% [2019]	22,6% [2020]	20,8% 2017	18,9% 2018	14,6% 2019	25,2% 2020	
7. Dinâmica do mercado de trabalho		Taxa de desemprego de longa duração (15-74 anos)**	2,8% [2019]	2,7% [2020]	3,5% 2017	2,9% 2018	2,2% 2019	2,2% 2020	
		% trabalhadores (20-64 anos) por permanência no emprego atual (até 11 meses)	13,0% [2019]	15,1% [2019]e	14,3% 2017e	14,8% 2018e	14,1% 2019e		
		% trabalhadores por permanência no emprego atual (5+ anos)	60,2% [2019]	60,9% [2019]e	64,5% 2017e	63,6% 2018e	63,0% 2019e		
		Taxa de transição de trabalho temporário para permanente (média de 3 anos)	24,5% [2018]	33,6% [2019]e				nd	
8. Rendimento, incluindo relativo ao trabalho		Rendimento bruto não ajustado disponível dos agregados per capita (Índice 2008=100)	107,25 [2019]	106,86 [2019]e				nd	
		Taxa de risco de pobreza da população empregada com 18+ anos	9,0% [2019]	9,6% [2019]*p	11,4% 2017	11,3% 2018	nd 2019		

Atualização: 01/03/2021  
nd: não disponível

Fontes: Eurostat (UE27) e INE (Portugal e Centro)  
(\*) ano de rendimento para PT e Centro (EU-SILC)

e: fonte é Eurostat

p: valor provisório

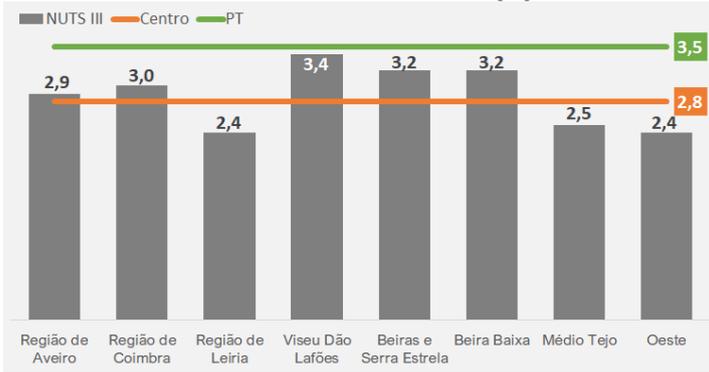
(\*\*)diferenças metodológicas entre Eurostat e INE

 Melhor que PT  
 Pior que PT

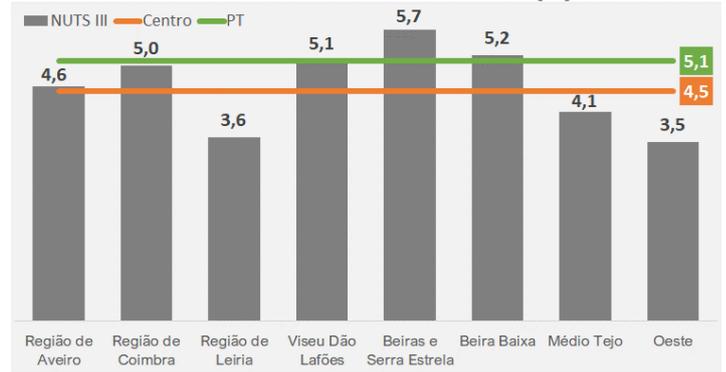
- Também neste domínio a Região Centro tem um posicionamento favorável face à média nacional, mas importando agora salientar que praticamente todos os indicadores pioraram o seu registo no ano de 2020, reflexo da pandemia que se vive.
- Acresce ainda que a taxa de desemprego jovem agravou de 14,6% para 25,2%, sendo agora superior ao registo nacional, e a taxa de risco de pobreza dos trabalhadores, apesar de não se conhecer ainda o valor regional para 2019, tem sido superior ao nacional desde que começou a ser publicada.
- Na análise aos indicadores *proxy* apresentados nas páginas seguintes, os dados do desemprego registado pelo IIEFP revelam que o nº de desempregados registados aumentou 24,3% entre janeiro de 2020 e janeiro de 2021, com destaque para o Oeste e Região de Leiria.
- Ainda de acordo com esta fonte de informação, em janeiro de 2021, os desempregados registados eram maioritariamente mulheres (56% face a 44% de homens na Região Centro), inscritos há menos de um ano (62% face a 38% há mais de um ano), no grupo etário 35 a 54 anos (41%), e com escolaridade baixa (54% têm até ao 3º ciclo do ensino básico).
- Um outro dado importante no atual contexto pandémico decorre da informação divulgada pelo MTSSS/GEP sobre o volume de empresas que pediram *layoff* simplificado. Os dados da situação a 27 de janeiro de 2021 mostram que 19% (21.575) dessas empresas estavam localizadas na Região Centro e são sobretudo microempresas, isto é, têm até 10 trabalhadores. No total, estas empresas abrangem um universo de 91.527 trabalhadores, de acordo com as declarações de remunerações de fevereiro de 2020, desconhecendo-se a proporção destes que estará efetivamente em *layoff*. Em termos absolutos, as NUTS III mais afetadas são as Regiões de Coimbra, Aveiro, Leiria e Oeste.

Observação: os indicadores do mercado de trabalho, cujo reporte é maioritariamente feito neste domínio e tendo como fonte dominante o Inquérito ao Emprego, são aqueles que já mostram algumas das consequências da pandemia COVID19, mas ainda assim ‘amortecidos’ pelo impacto das medidas extraordinárias de apoio às empresas e às famílias lançadas ao longo do último ano. Também as fontes administrativas são de crucial importância para monitorizar a situação infra anualmente e/ou de forma mais atempada, mas infelizmente alguma dessa informação está apenas disponível por distrito.

## 6.1 Desemprego registado por 100 habitantes com 15 ou mais anos de idade, 2019 (%)

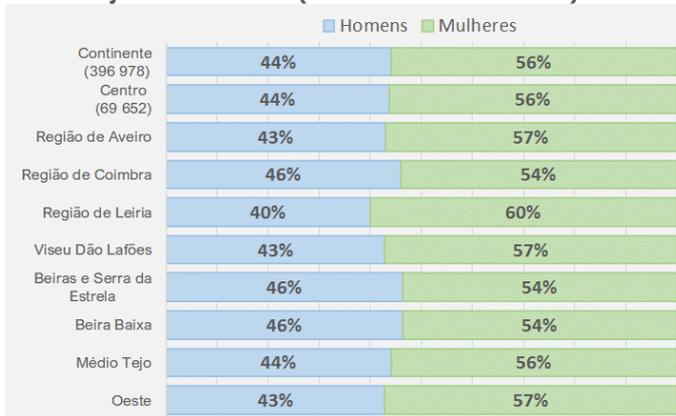


## 6.2 Desemprego jovem registado por 100 habitantes com idade entre 25 e 34 anos, 2019 (%)

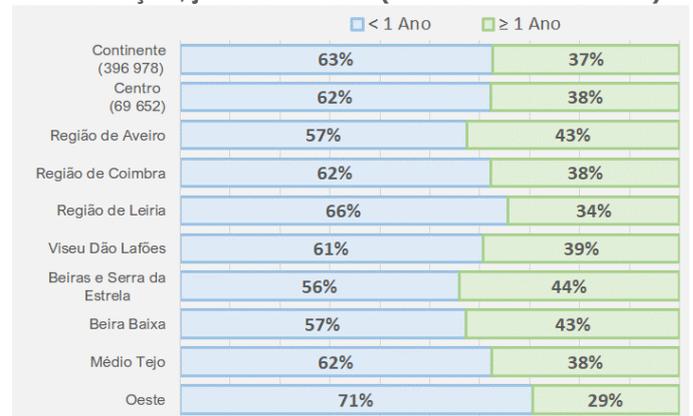


Fonte: CCDRC, DataCentro (a partir de dados de INE)

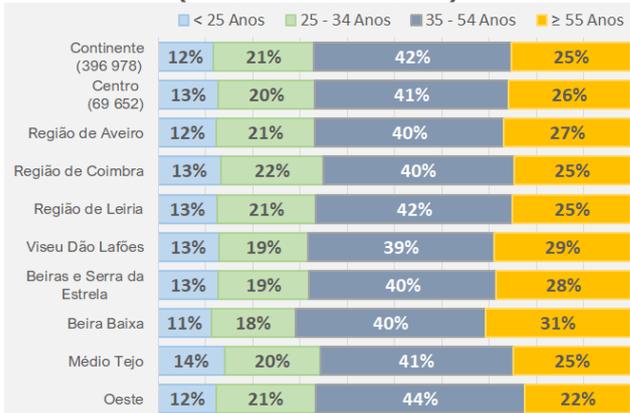
## 7.1 Distribuição dos desempregados registados por sexo, janeiro de 2021 (indicador de base 100)



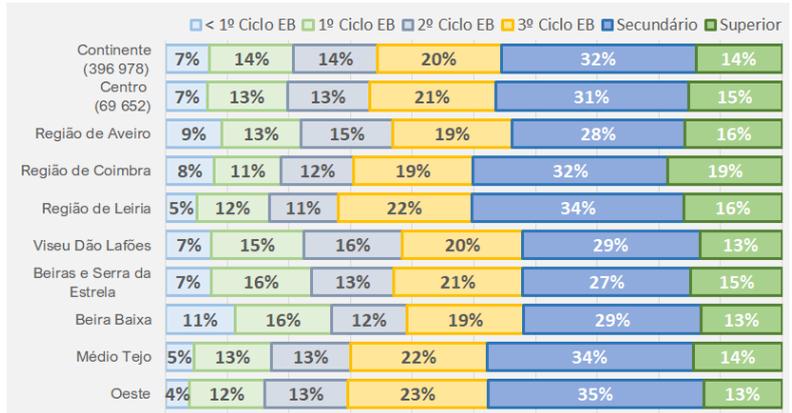
## 7.2 Distribuição dos desempregados registados por tempo de inscrição, janeiro de 2021 (indicador de base 100)



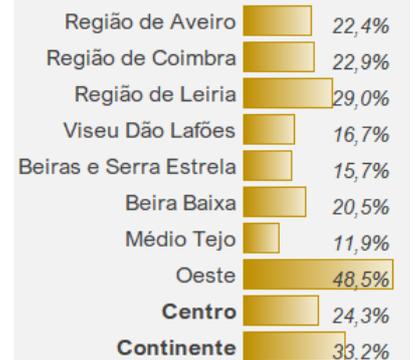
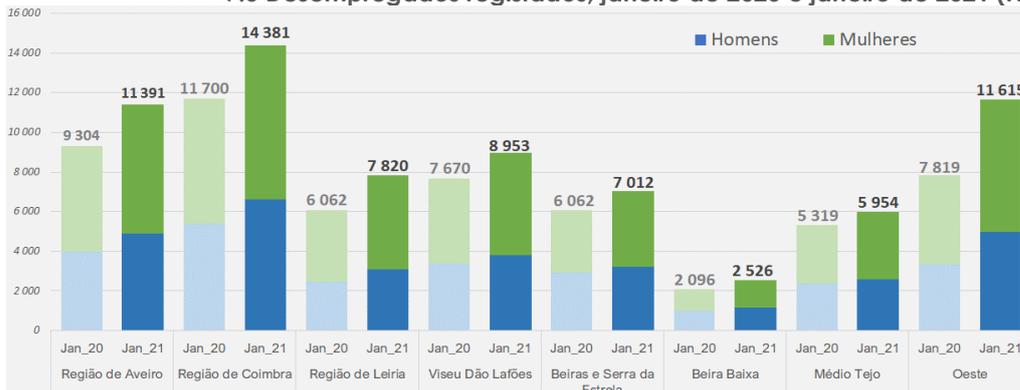
## 7.3 Distribuição dos desempregados registados por grupo etário, janeiro de 2021 (indicador de base 100)



## 7.4 Distribuição dos desempregados registados por nível de habilitações, janeiro de 2021 (indicador de base 100)

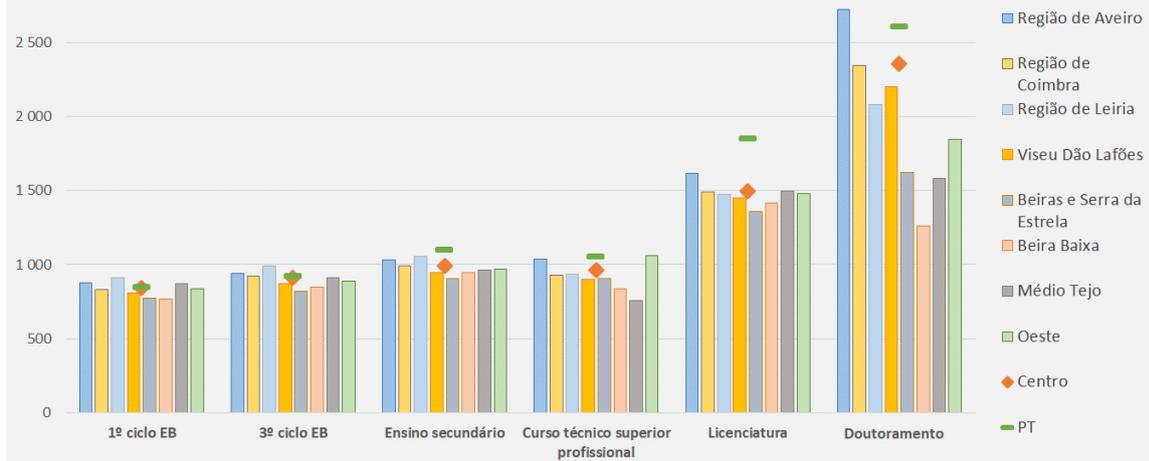


## 7.5 Desempregados registados, janeiro de 2020 e janeiro de 2021 (Nº e variação em %)

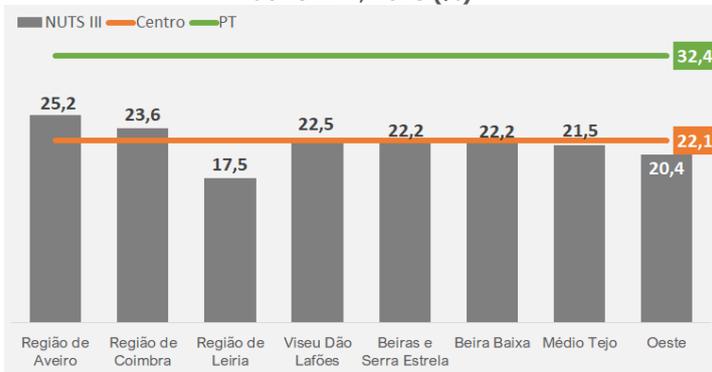


Fonte: MTSSS/IEFP (cálculos próprios)

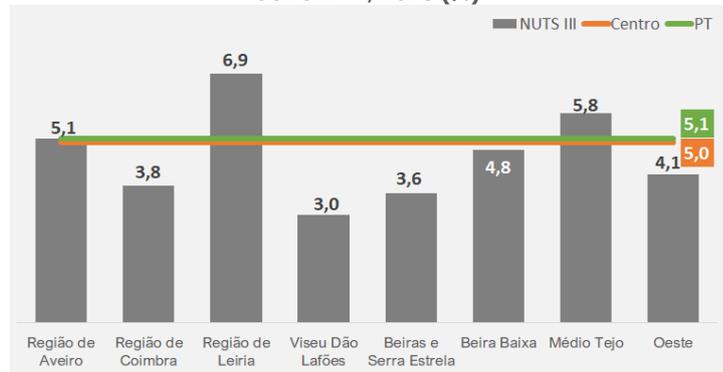
## 8.1 Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem segundo o nível de habilitações [ix], 2018 (€)



## 8.2 Disparidade no ganho médio mensal entre níveis de habilitação da população empregada por conta de outrem [x], 2018 (%)

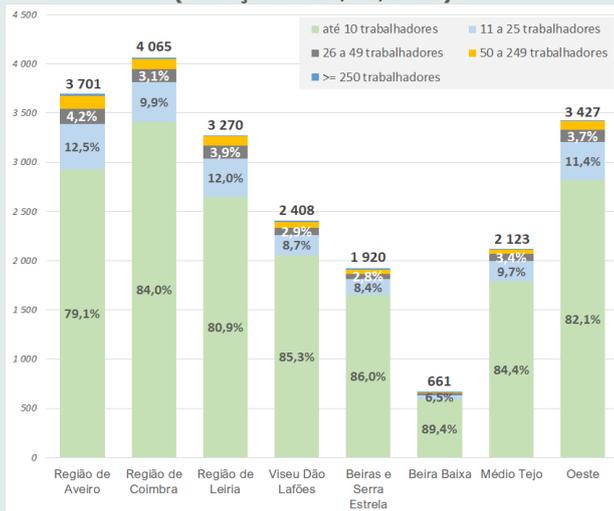


## 8.3 Disparidade no ganho médio mensal entre setores de atividade da população empregada por conta de outrem [xi], 2018 (%)

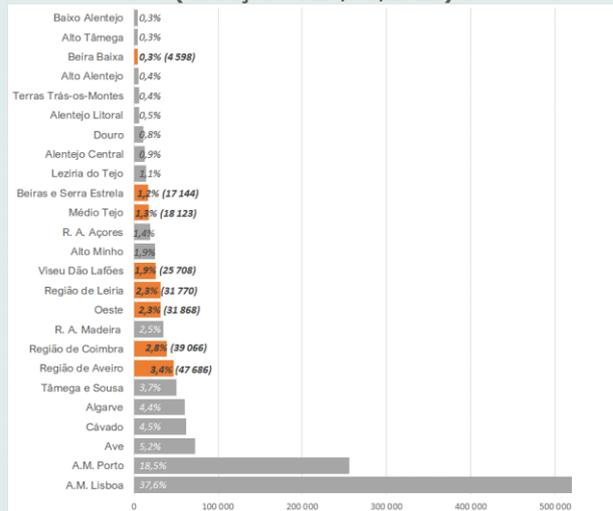


Fonte: CCDRC, DataCentro (a partir de dados de MTSS/GEP, via INE)

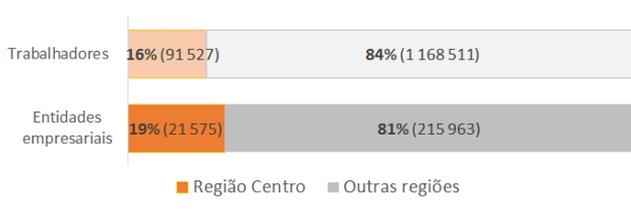
## Empresas que pediram layoff simplificado por dimensão de empresa, NUTS III do Centro [xii] (situação a 27/01/2021)



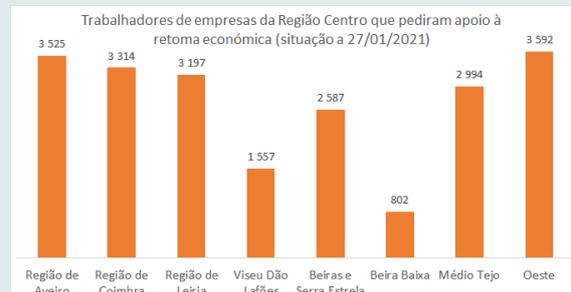
## Distribuição de trabalhadores das empresas que pediram layoff simplificado, por NUTS III [xii] (situação a 27/01/2021)



## Peso da Região Centro nos pedidos de layoff simplificado pelas empresas (situação a 27/01/2021)



## Trabalhadores de empresas da Região Centro que pediram apoio à retoma económica (situação a 27/01/2021)



Fonte: MTSS/GEP

# Proteção social e inclusão social

Proteção social e inclusão social	Áreas de Política	Indicadores	UE27	Portugal	Região Centro					
	9. Impacto das políticas públicas na redução da pobreza	<b>Impacto das transferências sociais (excluindo pensões) na redução da pobreza</b>		33,38% [2019]	24,23% [2019]e					
Despesa pública com proteção social (% do PIB)			19,3% [2019]	16,9% [2019]						nd
Despesa pública com Saúde (% do PIB)			7,0% [2019]	6,6% [2019]						nd
Despesa pública com Educação (% do PIB)			4,7% [2019]	4,4% [2019]						nd
Rácio de substituição agregado das pensões			0,57 [2019]	0,68 [2019]						nd
10. Serviços de apoio à primeira infância	<b>Crianças (&lt;3 anos) em acolhimento formal</b>		35,3% [2019]	52,9% [2019]						nd
11. Cuidados de Saúde	<b>Necessidades insatisfeitas de cuidados médicos comunicadas pelo próprio (16+ anos)</b>		1,7% [2019]	1,7% [2019]						nd
	Despesa corrente em cuidados de saúde (% despesa total com Saúde)		15,50% [2018]	29,52% [2018]						nd
	Anos de vida saudável aos 65 anos (homens)		10,0 [2018]	7,8 [2018]						nd
	Anos de vida saudável aos 65 anos (mulheres)		9,8 [2018]	6,9 [2018]						nd
	Esperança de vida aos 65 anos (homens)		18,4 [2019]	18,5 [2019]e	18,2 2017e	18,1 2018e	18,4 2019e		↓	
	Esperança de vida aos 65 anos (mulheres)		21,8 [2019]	22,3 [2019]e	21,9 2017e	22,0 2018e	22,3 2019e		→	
12. Acesso digital	<b>Competências digitais (% de indivíduos com competências básicas ou mais do que básicas)</b>		56% [2019]	52% [2019]						nd

Atualização: 01/03/2021

Fontes: Eurostat (UE27) e INE (Portugal e Centro)

e: fonte é Eurostat  
nd: não disponível

p: valor provisório

Igual a PT →  
Pior que PT ↓

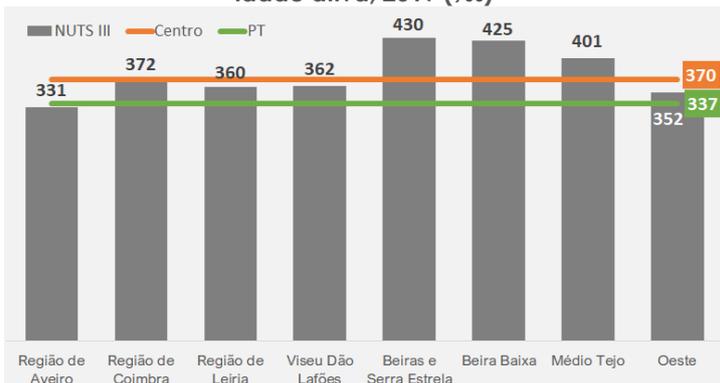
- Nesta dimensão, são quase inexistentes os indicadores com informação disponível ao nível regional, com exceção para a esperança de vida aos 65 anos para homens e mulheres, com a Região Centro a apresentar resultados muito semelhantes aos nacionais.
- No entanto, os indicadores *proxy* apresentados nas páginas seguintes facultam informação relevante sobre a região:
  - o nº de pensionistas é superior face à média nacional, mas recebem pensões médias inferiores, ao passo que o número de beneficiários de outras prestações sociais como o desemprego ou o Rendimento Social de Inserção é inferior à média nacional, não obstante as disparidades sub-regionais registadas;
  - a taxa de cobertura das creches e respostas para idosos é superior à média nacional, mas ainda com margem para melhorar, sobretudo em determinados territórios;
  - em termos de médicos e enfermeiros, a Região Centro apresenta um resultado próximo do nacional, mas com a Região de Coimbra a ter aqui papel preponderante;
  - nos índices de dependência e de envelhecimento a região está acima da média nacional, em particular neste último, com os territórios do interior em destaque;
  - nos indicadores sobre acesso digital, a região está abaixo da média nacional.

Observação: Excetuando dois indicadores, todos os outros para esta dimensão não estão desagregados ao nível NUTS II, nem se espera que venham a estar dada a sua natureza, o que exigiu um esforço maior para aprofundar este domínio através de indicadores que sirvam de aproximação ao que se pretende medir e que estejam disponíveis ao nível NUTS III. Todavia, não podemos deixar de notar que informação como a que reporta ao nº de beneficiários de prestações sociais, por exemplo, é ainda de 2019. Ter esta informação por NUTS III, assim como outra sobre os apoios extraordinários no âmbito covid19, disponível de modo mais atempado ou mesmo com frequência infra-anual seria de enorme importância para monitorizar a situação social.

Incluiu-se uma sub-dimensão na dimensão 10, acrescentando os serviços de apoio à terceira idade, uma vez que estes serviços são de crucial importância para a Região Centro, face aos indicadores de envelhecimento populacional que se registam.

# Proteção social e inclusão Social - NUTS III do Centro

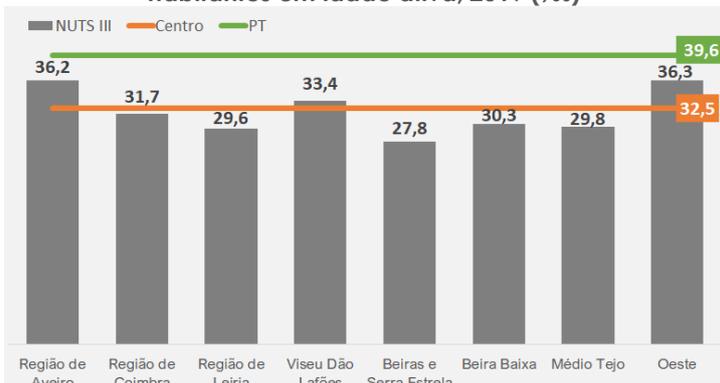
## 9.1 Pensionistas da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa, 2019 (‰)



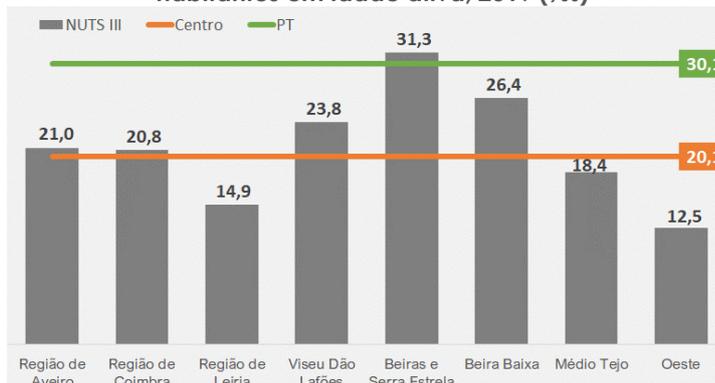
## 9.2 Valor médio anual das pensões da segurança social, 2019 (€/ N.º)



## 9.3 Beneficiários de subsídio de desemprego por 1000 habitantes em idade ativa, 2019 (‰)

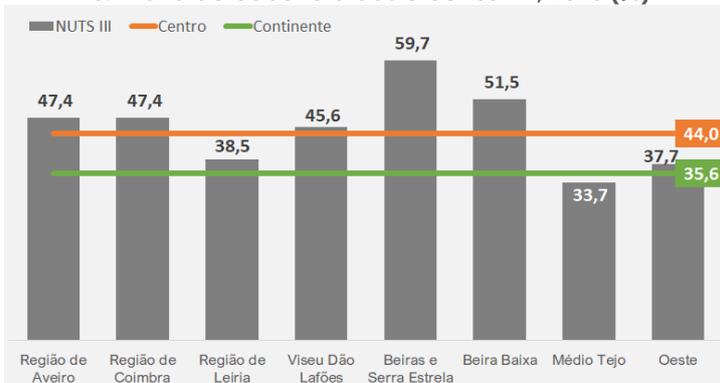


## 9.4 Beneficiários do rendimento social de inserção por 1000 habitantes em idade ativa, 2019 (‰)

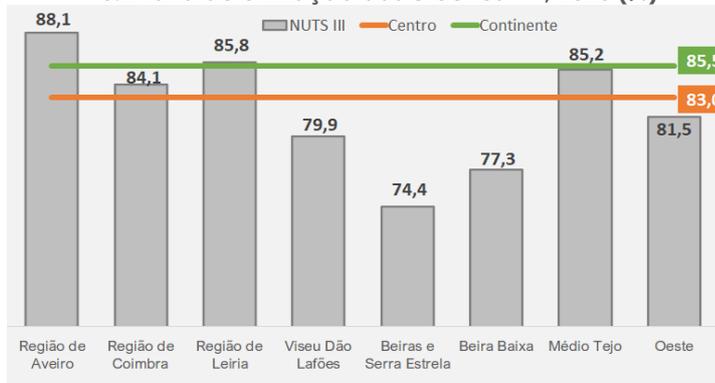


Fonte: CCDRC, DataCentro (a partir de dados de MTSS/II, via INE)

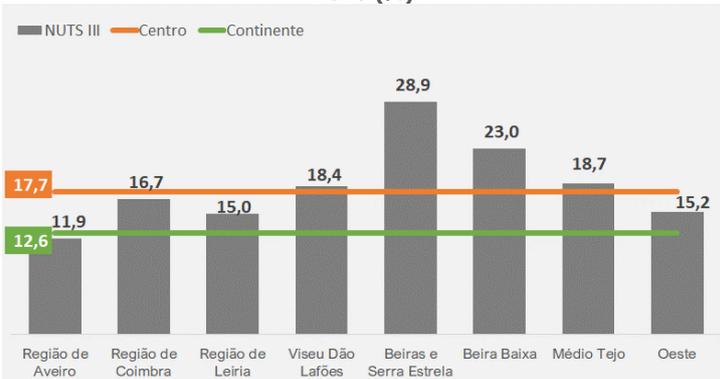
## 10.1 Taxa de cobertura das creches [xiii], 2020 (%)



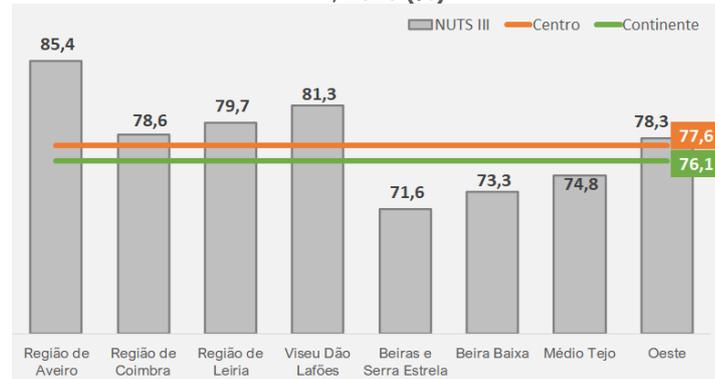
## 10.2 Taxa de utilização das creches [xiv], 2020 (%)



## 10.a Taxa de cobertura das respostas sociais para idosos [xv], 2020 (%)



## 10.b Taxa de utilização das respostas sociais para idosos [xvi], 2020 (%)

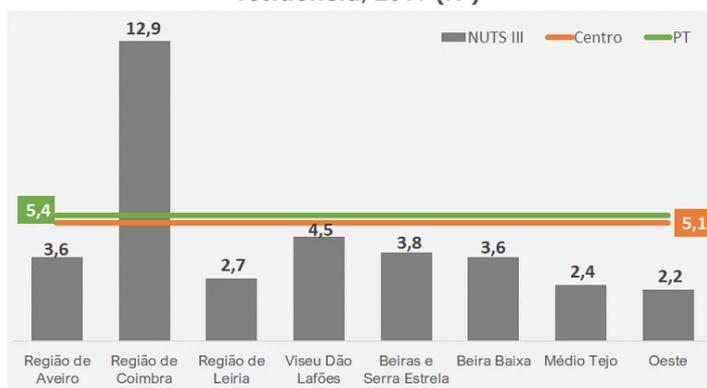


Fonte: CCDRC, DataCentro (a partir de dados de MTSS/GEP)

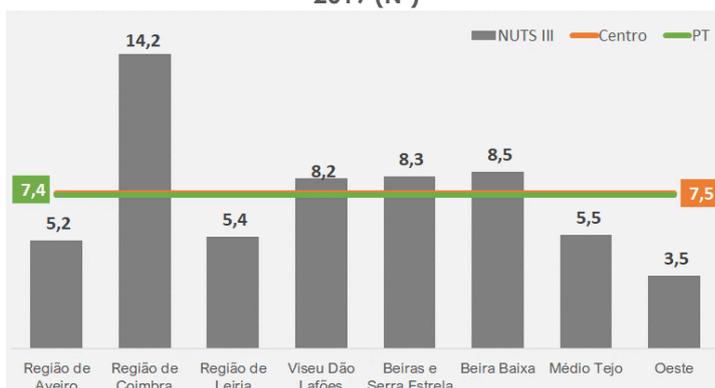
9. Impactos das políticas públicas na redução da pobreza

10. Serviços de apoio à primeira infância e à população idosa

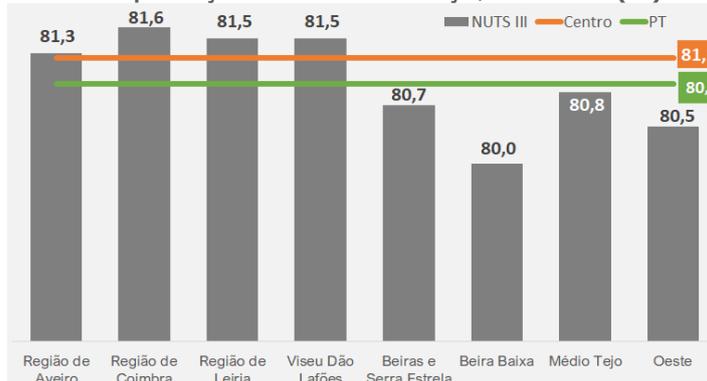
## 11.1 Médicos por 1000 habitantes, por local de residência, 2019 (Nº)



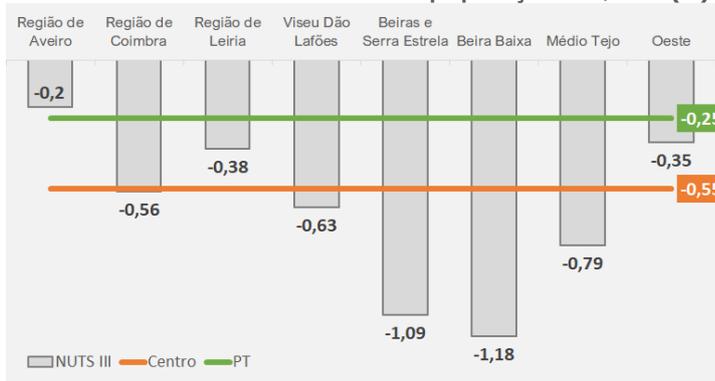
## 11.2 Enfermeiros por 1000 habitantes, por local de trabalho, 2019 (Nº)



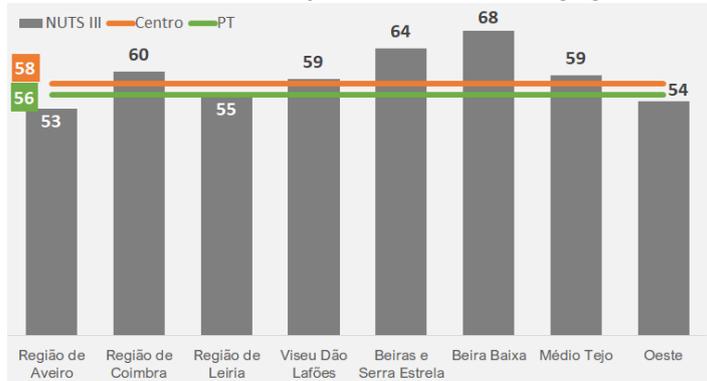
## 11.5 Esperança de vida à nascença, 2017-2019 (Nº)



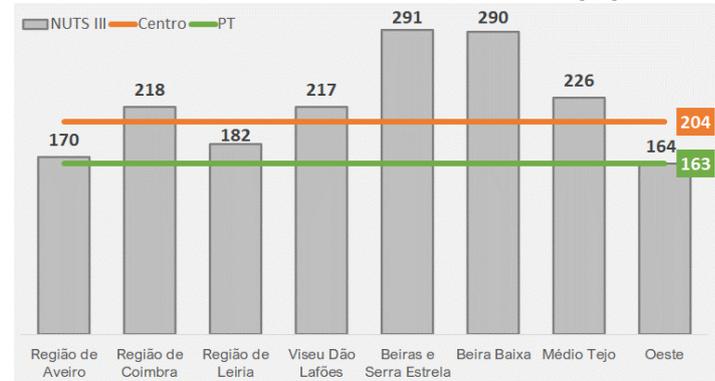
## 11.6 Taxa de crescimento natural da população [xvii], 2019 (%)



## 11.7 Índice de dependência [xviii], 2019 (Nº)

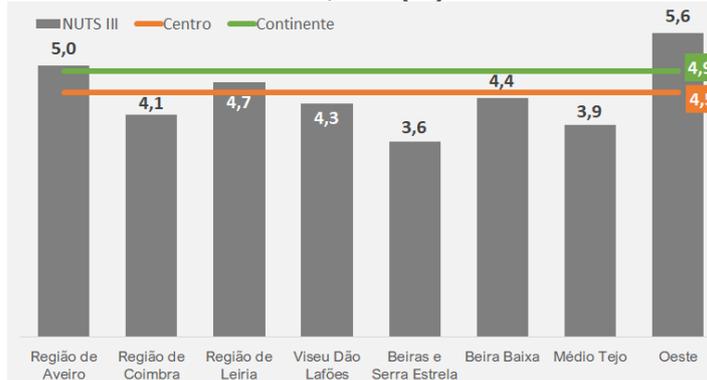


## 11.8 Índice de envelhecimento [xix], 2019 (Nº)

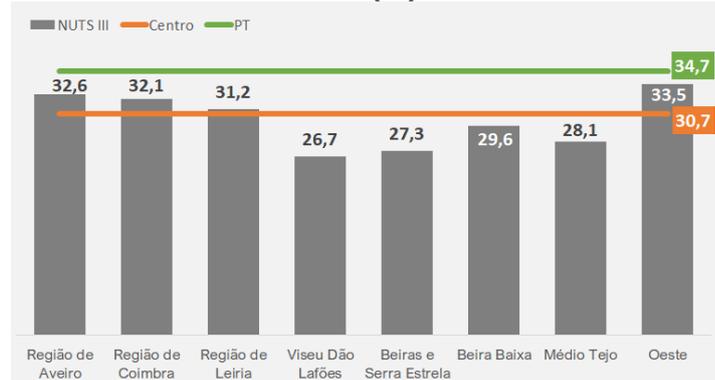


Fonte: CCDRC, DataCentro (a partir de dados de INE)

## 12.1 Média de alunos por computador com internet [xx], 2018/2019 (Nº)



## 12.2 Acessos à Internet em banda larga por 100 habitantes, 2019 (Nº)



Fonte: CCDRC, DataCentro (a partir de dados de INE)

# Os 20 princípios e direitos fundamentais do Pilar Europeu dos Direitos Sociais

**01. Educação, formação e aprendizagem ao longo da vida:** todas as pessoas têm direito a uma educação, uma formação e uma aprendizagem ao longo da vida inclusivas e de qualidade, que lhes permitam manter e adquirir as competências necessárias para participar plenamente na sociedade e gerir com êxito as transições no mercado de trabalho.

**02. Igualdade entre homens e mulheres:** a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres deve ser assegurada e promovida em todos os domínios, nomeadamente no que diz respeito à participação no mercado de trabalho, às condições de trabalho e à progressão na carreira. Mulheres e homens têm direito a uma remuneração igual por um trabalho de igual valor.

**03. Igualdade de oportunidades:** independentemente do género, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual, todas as pessoas têm direito à igualdade de tratamento e de oportunidades em matéria de emprego, proteção social, educação e acesso a bens e serviços disponíveis ao público. De igual modo, a igualdade de oportunidades dos grupos sub-representados deve ser promovida.

**04. Apoio ativo ao emprego:** todas as pessoas têm direito a beneficiar, em tempo útil, de uma assistência adaptada para melhorar as suas perspetivas de trabalho por conta de outrem ou por conta própria. Este direito inclui o de receber apoio em matéria de procura de emprego, de formação e de requalificação. Todas as pessoas têm o direito de transferir os seus direitos em matéria de proteção social e de formação durante qualquer eventual transição profissional. Os jovens têm direito a beneficiar de formação contínua, de uma aprendizagem, de um estágio ou de uma oferta de emprego de qualidade nos quatro meses que se seguem à perda de emprego ou à conclusão dos estudos. As pessoas desempregadas têm direito a beneficiar de apoios personalizados, contínuos e adequados. Os desempregados de longa duração têm direito a beneficiar de uma avaliação individual aprofundada, o mais tardar, quando estiverem 18 meses sem emprego.

**05. Emprego seguro e adaptável:** independentemente do tipo e da duração da relação de trabalho, os trabalhadores têm direito a um tratamento justo e equitativo em matéria de condições de trabalho, acesso à proteção social e formação. Deve ser promovida a transição para formas de emprego sujeitas a contrato sem termo. Deve ser garantida a flexibilidade necessária para permitir que os empregadores se adaptem rapidamente às evoluções do contexto económico, em conformidade com a legislação aplicável e os eventuais acordos coletivos. Devem ser promovidas formas inovadoras de trabalho que garantam condições de trabalho de qualidade. O empreendedorismo e o trabalho por conta própria devem ser incentivados, devendo a mobilidade profissional ser facilitada. As relações de trabalho que conduzam a condições de trabalho precárias devem ser evitadas, nomeadamente proibindo a utilização abusiva de contratos atípicos. Qualquer período experimental deve ter duração razoável.

**06. Salários:** os trabalhadores têm direito a um salário justo que lhes garanta um nível de vida decente. Deve ser garantido um salário mínimo adequado, de forma a permitir a satisfação das necessidades do trabalhador e sua família, à luz das condições económicas e sociais nacionais, assegurando, ao mesmo tempo, o acesso ao emprego e incentivos à procura de trabalho. Deve lutar-se contra a pobreza no trabalho. Todos os salários devem ser fixados de forma transparente e previsível, de acordo com práticas nacionais e respeitando a autonomia dos parceiros sociais.

**07. Informações sobre as condições de emprego e proteção em caso de despedimento:** no início da relação de trabalho, os trabalhadores têm direito a ser informados por escrito sobre os direitos e obrigações decorrentes da relação de trabalho, nomeadamente durante o período experimental. Antes de serem despedidos, os trabalhadores têm direito a ser informados dos motivos do despedimento e a que lhes seja concedido um período razoável de pré-aviso. Os trabalhadores têm direito de acesso a um sistema de resolução de litígios eficaz e imparcial e, em caso de despedimento sem justa causa, direito de recurso, acompanhado de uma compensação adequada.

**08. Diálogo social e participação dos trabalhadores:** os parceiros sociais devem ser consultados sobre a conceção e a execução das políticas económicas, sociais e de emprego, em conformidade com as práticas nacionais. Devem ser incentivados a negociar e concluir acordos coletivos em matérias que lhes digam respeito, sem prejuízo da respetiva autonomia e do direito de ação coletiva. Se for caso disso, os acordos concluídos entre os parceiros sociais devem ser aplicados a nível da UE e dos países da UE. Os trabalhadores (ou os seus representantes) têm direito a ser informados e consultados em tempo útil sobre questões que lhes digam respeito, nomeadamente sobre a transferência, reestruturação e fusão da empresa e sobre despedimentos coletivos. Deve ser incentivado o apoio para reforçar a capacidade de promoção do diálogo social por parte dos parceiros sociais.

**09. Equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada:** os trabalhadores com filhos e familiares dependentes têm direito a beneficiar de licenças adequadas, de regimes de trabalho flexíveis e de aceder a serviços de acolhimento. Mulheres e homens devem beneficiar da igualdade de acesso a licenças especiais para cumprirem as suas responsabilidades familiares, devendo ser incentivados a utilizá-las de forma equilibrada.

**10. Ambiente de trabalho são, seguro e bem adaptado e proteção de dados:** os trabalhadores têm direito a um elevado nível de proteção da sua saúde e segurança no trabalho. Os trabalhadores têm direito a um ambiente de trabalho adaptado às suas necessidades profissionais, que lhes permita prolongar a sua participação no mercado de trabalho. Os trabalhadores têm direito à proteção dos seus dados pessoais no âmbito do trabalho.

**11. Acolhimento e apoio a crianças:** as crianças têm direito a serviços de educação e de acolhimento na primeira infância a preços comportáveis e de boa qualidade. As crianças têm direito à proteção contra a pobreza, tendo as crianças de meios desfavorecidos, em especial, direito a beneficiar de medidas específicas destinadas a promover a igualdade de oportunidades.

**12. Proteção social:** independentemente do tipo e da duração da sua relação de trabalho, os trabalhadores por conta de outrem e, em condições comparáveis, os trabalhadores por conta própria, têm direito a uma proteção social adequada.

**13. Prestações por desemprego:** os desempregados têm direito a um apoio de ativação adequado por parte dos serviços públicos de emprego para (re)integrar o mercado de trabalho, bem como a subsídios de desemprego adequados, durante um período razoável, em função das suas contribuições e dos critérios de concessão nacionais. Os referidos subsídios não devem constituir um desincentivo para um regresso rápido ao trabalho.

**14. Rendimento mínimo:** qualquer pessoa que não disponha de recursos suficientes tem direito a prestações de rendimento mínimo adequadas que lhe garantam um nível de vida digno em todas as fases da vida, bem como ao acesso eficaz a bens e serviços de apoio. Para as pessoas aptas para o trabalho, as prestações de rendimento mínimo devem ser conjugadas com incentivos para (re)integrar o mercado de trabalho.

**15. Prestações e pensões de velhice:** os trabalhadores por conta de outrem e por conta própria reformados têm direito a uma pensão, proporcional às suas contribuições, que lhes garanta um rendimento adequado. Mulheres e homens devem ter oportunidades iguais em matéria de aquisição de direitos à pensão. Todas as pessoas na velhice têm direito a recursos que lhes garantam uma vida digna.

**16. Cuidados de saúde:** todas as pessoas têm direito a aceder, em tempo útil, a cuidados de saúde de qualidade preventivos e curativos a preços comportáveis.

**17. Inclusão das pessoas com deficiência:** as pessoas com deficiência têm direito a um apoio ao rendimento que lhes garanta uma vida digna, a serviços que lhes permitam participar no mercado de trabalho e na sociedade, e a um ambiente de trabalho adaptado às suas necessidades.

**18. Cuidados de longa duração:** todas as pessoas têm direito a cuidados de longa duração de qualidade e a preços comportáveis, em especial a serviços de cuidados ao domicílio e a serviços de proximidade.

**19. Habitação e assistência para os sem-abrigo:** deve ser garantido às pessoas necessitadas o acesso a habitação social ou a uma ajuda à habitação de qualidade. As pessoas vulneráveis têm direito a assistência e a proteção adequadas em caso de despejo. Devem ser disponibilizados aos sem-abrigo alojamento e serviços adequados para promover a sua inclusão social.

**20. Acesso aos serviços essenciais:** todas as pessoas têm direito a aceder a serviços essenciais de qualidade, designadamente água, saneamento, energia, transportes, serviços financeiros e comunicações digitais. As pessoas necessitadas devem beneficiar de apoios ao acesso a estes serviços.

**Notas:**

- [i] Alunos do 3.º ciclo do ensino básico regular que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no mesmo ano de escolaridade/ Alunos matriculados no ensino básico regular nesse ano letivo \*100
- [ii] Alunos do ensino secundário com aproveitamento / Alunos matriculados no ensino secundário nesse ano letivo \* 100
- [iii] Alunos (18-22 anos) matriculados em cursos de formação inicial no ensino superior/ População residente (18-22 anos) \*100
- [iv] Número de alunos do sexo feminino no ensino secundário / Total de alunos do ensino secundário \*100
- [v] Número de alunos do sexo feminino inscritos no ensino superior / Total de alunos inscritos no ensino superior \*100
- [vi] Dados referem-se a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa. Montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas)
- [vii] Percentil 80 do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado/ Percentil 20 do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado
- [viii] Coeficiente de Gini é um indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo)
- [ix] Dados referem-se a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa. Ver [f]
- [x] Coeficiente de variação do ganho médio mensal ponderado pelo peso do emprego dos diversos níveis de habilitação no total do emprego por conta de outrem
- [xi] Coeficiente de variação do ganho médio mensal ponderado pelo peso do emprego em cada sector de atividade no total do emprego por conta de outrem
- [xii] Esta informação respeita ao universo de trabalhadores das empresas que entregaram documento com remunerações declaradas em fevereiro de 2020, não corresponde necessariamente ao número total de trabalhadores efetivamente em situação de layoff simplificado
- [xiii] Capacidade da resposta social creche/População alvo (0-3 anos) \*100
- [xiv] Utentes da resposta social creche/Capacidade da resposta social creche\*100
- [xv] Capacidade de respostas sociais (centros de dia, lares de idosos e serviço de apoio domiciliário) /População alvo (65+ anos) \*100
- [xvi] Utentes de respostas sociais centros de dia, lares de idosos e serviço de apoio domiciliário / Capacidade de respostas sociais \*100
- [xvii] Número de nascidos vivos / Número de óbitos \*100
- [xviii] (População residente 0-14 anos + População residente 65+ anos) / População residente 15-64 anos \*100
- [xix] População residente 65+ anos / População residente 0-14 anos \*100
- [xx] Alunos matriculados no ensino não superior / Computadores com ligação à internet existentes nos estabelecimentos de ensino

**Acrónimos:**

DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

EB - Ensino básico

IAVE – Instituto de Avaliação Educativa

INE – Instituto Nacional de Estatística

CE – Comissão Europeia

MF/AT – Ministério das Finanças / Autoridade Tributária

MTSSS/GEP – Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social / Gabinete de Estratégia e Planeamento

MTSSS/IEFP – Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social / Instituto de Emprego e Formação Profissional

MTSSS/II - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social / Instituto de Informática

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico